



EDIÇÃO **159**

MARÇO DE 2023

BOLETIM DA REDE

Uma publicação do Sind-REDE/BH

☎ (31) 3226-3142

📱 @sindrede

📷 @sindredebh

🌐 sindrede.org.br

PISO

NÃO É TETO!

FUAD, PAGUE O PISO INTEGRAL NO PRIMEIRO NÍVEL DA CARREIRA!

CAMPANHA SALARIAL/EDUCACIONAL 2023

DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE - **CONCURSADOS**



PREVIDÊNCIA

Vitória da Categoria!

Tramitação da Reforma da Previdência Municipal é suspensa por até seis meses

pág. 03

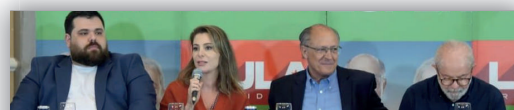


TERCEIRIZADOS

Campanha Salarial 2023

Trabalhadores terceirizados defendem reajustes com ganhos reais

pág. 06



NACIONAL

Todos pela Educação no MEC:

É preciso romper com a política privatista construída pelos empresários!

pág. 07



CONECTE-SE EM DEFESA DE SEUS DIREITOS!

Participe dos Grupos de WhatsApp e fique por dentro das atividades e ações da luta dos trabalhadores em Educação de BH.



Escaneie o **código QR** abaixo referente a seu grupo usando a câmera do WhatsApp:



Educação Infantil



Ensino Fundamental



Terceirizados Caixa Escolar



Terceirizados MGS



A. Administrativos Educacionais



Aposentadas(os) da Rede

PARA ONDE VAI A EDUCAÇÃO?

Sem dúvida alguma, a derrota de Bolsonaro (PL) foi uma grande vitória da classe trabalhadora. No entanto, a eleição do governo de frente ampla de Lula e Alckmin mantém muitos desafios e a necessidade da mobilização permanente para o conjunto de nossa classe. Contraditoriamente, mesmo com a derrota eleitoral, a extrema direita continua forte e segue cooptando parte do nosso povo com mentiras e uma falsa indignação com o sistema.

Em Minas Gerais, o projeto da direita neoliberal se aprofunda com a reeleição de Romeu Zema (Novo), que segue com seu projeto abertamente privatista e anti-servidor. Zema nega o pagamento do piso aos trabalhadores em educação, mesmo diante da vitória da categoria na Assembleia Legislativa. Novamente, o governador recorre ao judiciário para garantir seus ataques, exigindo a revogação das leis aprovadas no legislativo.

Já em Belo Horizonte, Fuad Noman (PSD) segue a mesma linha política e econômica de Kalil, embora mais fragilizado, por não ter maioria na Câmara. A política educacional adotada por aqui é um reflexo da concepção privatista da educação, que prima no Estado e que, infelizmente, também é majoritária no MEC, sob a direção do Ministro Camilo Santana.

Neste momento, é fundamental que façamos uma combinação das pautas em defesa de uma educação pública de qualidade, o que passa necessariamente pela valorização dos salários e das carreiras dos trabalhadores. Neste sentido, precisamos lutar pela revogação das (contra) reformas da Previdência e trabalhista, da Lei do Teto de Gastos, da Lei das Terceirizações e do Novo Ensino Médio.

É indecente a proposta apresentada por Fuad aos servidores estatutários de 5,93%, dividido em 2 parcelas, diante de um reajuste de quase 15% do piso nacional. Também é escandalosa a proposta aos terceirizados de 11,38%, mas condicionada à desistência de dois dissídios coletivos que correm na Justiça. Sabemos que dinheiro tem! Em 2022, a PBH teve um crescimento de mais de 10% em sua receita total, um aumento de quase 80% em relação à inflação.

Mas o dinheiro da educação municipal tem sido utilizado de forma imoral: as compras centralizadas pela SMED não condizem com as necessidades da escola; as escolas estão permanentemente em obras que nem sempre significam uma melhoria pedagógica, pelo contrário, comprometem o trabalho. É ainda mais escandaloso o uso do dinheiro carimbado da educação para recuperação de quadras e campos dos bairros e comunidades.

Unidade na luta continua sendo uma necessidade urgente de nossa categoria e da classe trabalhadora. Sempre fomos protagonistas na construção dessa unidade. Temos que travar um combate sem tréguas contra os ataques à educação desferidos por Fuad, mas mesmo que sejamos vitoriosos, se não vencermos Zema e se não derrubar as famigeradas (contra) reformas, que fazem imperar a lógica privatista na educação brasileira, sairemos derrotados.

Precisamos exigir uma mudança na Lei do Piso, que garanta o seu pagamento de forma integral para a carga horária de trabalho de cada rede de educação. Também é preciso exigir do Governo Federal a construção de uma política que valorize os trabalhadores em Educação e que realmente garanta uma educação pública de qualidade para os filhos da classe trabalhadora desse país.



Filie-se ao Sind-REDE/BH

Seja parte de uma Rede que não se rompe e não se deixa abater!

Você sabe que cada trabalhador em Educação é parte fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, mas já deve ter percebido que sozinho fica muito difícil fazer a diferença, não é mesmo?

**Por isso, fortalecer o
Sind-REDE/BH é muito
importante!**

O Sindicato é o nó que une cada um dos trabalhadores em uma grande e poderosa REDE de apoio e colaboração. Com mais de 9 mil filiados na base, o Sind-REDE representa todos os trabalhadores e trabalhadoras em Educação da Rede Pública Municipal de BH.

Mais informações
escaneie o código QR:



ou acesse:

sindrede.org.br/filie-se

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Educação da Rede Pública Municipal de Belo Horizonte
Av. Amazonas, 491, 10º andar - Centro Belo Horizonte - MG, 30180-000 | +55 (31) 3226-3142 | www.sindrede.org.br

• DIRETORIA COLEGIADA

Departamento Administrativo Financeiro
Pedro Valadares, Thiago Douglas, Andrea Carla, Luiz Carlos.

Departamento de Comunicação e Imprensa
Carolina Pasqualini, Diego Miranda, Flávia Silvestre, Cristiane Nunes.

Departamento Jurídico
Helbert Marconi, Neide da Silva, Adriana Cristina, Sandra Maria.

Departamento de Formação Pedagógica e Sindical
Diana de Cássia, Fábio Liberato, Paulo Henrique, Cristiane Nunes.

Departamento Saúde do Trabalhador
Raquel Pereira, Bárbara Guimarães, Paulo Henrique.

Departamento Previdência e Aposentados
Wanderson Paiva, Luiz Carlos, Sandra Maria.

Departamento Cultural
Erika da Silva, Maria do Carmo, Bárbara Mendes, Luciana de Souza.

Departamento Organização e Infraestrutura
Carolina Pasqualini, Reinaldo Felício.

Departamento Políticas Sociais
Maria do Carmo, Diana de Cássia, Tatiane Ferreira.

• IMPRENSA

Jornalista Responsável:
Diego Franco David
(Mtb 20555/MG)

Revisão:
Diego Franco David
Jadilson Rodrigues

Projeto Gráfico e Diagramação:
Natalino Ferreira

Colaboração:
Cinara Patrícia

Impressão: Sempre Editora

Tiragem: 7.000

VITÓRIA DA CATEGORIA!

TRAMITAÇÃO DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL É SUSPensa POR ATÉ SEIS MESES

Com a forte mobilização dos servidores públicos, o projeto da reforma da previdência municipal de Fuad Noman (PSD) foi suspenso por seis meses. De acordo com o prefeito, esse é o prazo máximo imposto pela Lei Federal. A decisão foi anunciada em uma reunião realizada entre Fuad, o Sind-REDE/BH e o Sindibel, na tarde do dia 06 de fevereiro.

O projeto havia sido apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte (CMBH) no apagar das luzes de 2022, através do PL 434/22 e da PELO 05/22. Os projetos foram

alvo de forte resistência dos servidores municipais, que foram surpreendidos pela atitude do governo, que visava aprovar o projeto “a toque de caixa”, sem qualquer diálogo com os trabalhadores.

Mas o plano de Fuad foi frustrado pela mobilização, que conseguiu adiar sua tramitação para fevereiro. Por medo de não ter votos suficientes para aprovar o PL na Câmara, a postura de Fuad parece ter mudado, e o prefeito convocou os sindicatos para construir uma alternativa.

A suspensão temporária é uma grande vitória da categoria que mobilizada mostrou aos políticos e para toda a cidade sua indignação com a proposta de mudanças na regra da aposentadoria.

O Sind-REDE reivindica o arquivamento da proposta, pois “Belo Horizonte é uma cidade rica e sem déficit previdenciário. Essa reforma é um ataque brutal aos trabalhadores!”



UNIR A LUTA CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL PELA REVOGAÇÃO DA REFORMA NACIONAL

Os quatro anos de governo Bolsonaro (PL) representaram uma verdadeira destruição do estado brasileiro, com retrocessos que vão da política de destruição ambiental, redução de recursos para cultura, educação e saúde, o entreguismo do patrimônio público com as privatizações e o enfraquecimento dos direitos trabalhistas e previdenciários. Além de retrocessos nos direitos humanos e segurança pública.

Já nos primeiros dias de mandato, o novo presidente Lula (PT) tem adotado uma série de medidas para revogar atos infr legais (decretos, portarias, resoluções e instruções normativas), como um primeiro passo para restabelecer a normalidade democrática do país.

Mas a revogação de decretos não é suficiente diante do tamanho estrago causado por Bolsonaro, que também aprovou uma série de Medidas Provisórias, Projetos de Lei e Emendas Constitucionais que representaram verdadeiros ataques aos trabalhadores brasileiros. O principal desses ataques é, sem dúvida, a reforma da Previdência, que dificultou o acesso dos trabalhadores à aposentadoria e levará ao aumento da pobreza no longo prazo.

Lula, que em sua campanha se posicionou a favor de revogar essas reformas, mas pressionado pelos grandes empresários, já tem apresentado vacilações e recuos sobre estes pontos. O vice-presidente Alckmin já afirmou que o governo atual não revogará nenhuma

das mudanças das reformas da Previdência. O ministro da Casa Civil, Rui Costa, também engrossou o coro e afirmou que quem decide sobre a revogação é o presidente Lula e que ele não deu aval para nenhuma mudança.

É preciso pressionar o Governo Federal para que cumpra a sua promessa e envie Projetos de Lei e Emendas Constitucionais ao Congresso para que a reforma seja revista. Mas também é preciso ter em mente que, com um Congresso ainda muito reacionário, o avanço dessas propostas exigirá da classe trabalhadora processos de luta e mobilização muito fortes.

A revogação da reforma da Previdência nacional enterraria de uma vez a proposta de reforma municipal.

MAIS UMA VEZ FUAD NEGA REAJUSTE DO PISO À CATEGORIA E PROPÕE APENAS 5,93% A TODO O FUNCIONALISMO

Reajuste de 14,95% eleva o Piso Nacional do Magistério para R\$ 4.420,55. Categoria reivindica que este valor seja aplicado no primeiro nível da carreira da Rede (nível 8)

No final de fevereiro, o prefeito Fuad Noman (PSD) apresentou a sua proposta de reajuste para todo o funcionalismo público municipal, com o índice de 5,93% dividido em duas parcelas, sendo a primeira delas de 2,5% (a ser pago a partir de agosto) e a segunda de 3,43% (a ser pago a partir de dezembro). A proposta também inclui o reajuste do vale-alimentação em 58,1% a partir de julho de 2023.

Mais uma vez, a proposta de Fuad para os trabalhadores em educação é imensamente inferior ao reajuste do Piso Nacional do Magistério, que foi anunciado em janeiro pelo ministro da Educação Camilo Santana (PT), com o índice de 14,95%. A proposta de Fuad mal cobre a inflação prevista para 2023, que segundo o Banco Central ficará em 5,89%.

Os salários da categoria vêm acumulando perdas inflacionárias desde 1996 (ano da criação da carreira da Rede). Quando o piso foi estabelecido pela Lei Nº 11.738/18, o salário do primeiro nível da carreira da Rede Municipal para a jornada de 22,5 horas semanais era de R\$ 950, valor igual ao Piso Nacional do Magistério.

Porém, a partir de 2010, a cada novo reajuste, a carreira da Rede Municipal passou a acumular perdas em relação ao piso nacional, chegando ao ponto de,

em 2017, o Piso Nacional do Magistério superar o salário dos trabalhadores com curso superior.

A principal pauta da Campanha Salarial de 2023 é a correção dessa distorção, **com o pagamento do Piso Nacional do Magistério de forma integral, no valor de R\$ 4.420,55 no primeiro nível da carreira da Rede Municipal (Nível 8)**. Isso implicaria em um reajuste de 43,28%.

PAGAR O PISO PROPORCIONAL PODE SER LEGAL, MAS É IMORAL!

Segundo a Lei do Piso (Lei 11.738/2008), o piso salarial será pago para **jornada de até 40h semanais, para formação em nível médio**. Se trata do valor mínimo do qual estados e municípios **deverão fixar o vencimento inicial das carreiras da educação**.

Mas desde a sua implementação, a PBH tem adotado a interpretação de que o piso deve ser pago proporcional à jornada de 22,5 horas. Essa discussão foi judicializada e, infelizmente, o Supremo Tribunal Federal (STF) ratificou a tese de que o piso pode ser pago proporcionalmente.

Isso, no entanto, não invalida a legítima luta para que essa não seja a regra aplicada, afinal o piso deve ser interpretado como o menor salário a ser pago ao trabalhador.

PAUTA ENCAMINHADA PELA PLENÁRIA DE REPRESENTANTES

- Recomposição do nível 8 para que se equipare ao valor integral do Piso;
- Cumprimento da Lei Federal 11.738/08 (lei do piso) de forma a garantir 7h de planejamento do professor;
- Reforma da Previdência: arquivamento da PELO 05/22 e do PL 434/22;
- Envio de PL à CMBH que amplie para 28% a alíquota da contribuição previdenciária patronal;
- Garantir a concessão de nível a todos os trabalhadores em educação que ingressaram antes da lei municipal 11.381/22 e para aqueles que não fizeram a Avaliação de Desempenho de 2021;
- Reposicionamento dos trabalhadores nível 15 para o nível 16 na carreira do Auxiliar de Escola, para garantir a progressão assegurada na Lei Municipal 11.381/22;
- Compensar as perdas financeiras dos aposentados não atingidos pela Lei Municipal 11.381/22, que apenas concedeu níveis na carreira aos trabalhadores em educação da ativa;
- Lei Complementar 173/2020: efetivar descongelamento do tempo para fins de quinquênio e férias-prêmio, aplicando administrativamente a definição do parecer elaborado pelo Tribunal de Contas de Minas Gerais.



FUAD, PAGUE O PISO INTEGRAL NO PRIMEIRO NÍVEL DA CARREIRA!

CAMPANHA SALARIAL/EDUCACIONAL 2023

DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE • CONCURSADOS



Escaneie o **código QR** ao lado e tenha acesso ao material completo sobre a Campanha Salarial/Educacional 2023.

ou acesse:

sindrede.org.br/campanha-salarial-educacional-2023-concursados

DINHEIRO TEM!

PBH PODE PAGAR O PISO INTEGRAL NO PRIMEIRO NÍVEL DA CARREIRA DA REDE

Para justificar o baixo índice de reajuste aos servidores municipais, a PBH alega que o crescimento da **Receita Elegível para Pagamento de Pessoal** (6,68%) será inferior a **Previsão de Aumento de Despesas com Pessoal** (7,7%).

Porém, a **Receita Elegível** corresponde a apenas um subgrupo da **Receita Corrente Líquida (RCL)**, que é o parâmetro para o cálculo do limite da despesa de pessoal, a partir da **Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**.

A PBH esconde o fato da RCL e da Receita Total do município terem crescido de forma real e consistente acima da inflação nos últimos anos. Segundo o Boletim Econômico nº 14 do Ilaese, que leva em consideração os dados divulgados em 2022, em comparação com os cinco anos anteriores, a Receita Total de Belo Horizonte cresceu 10,02%, enquanto a inflação (INPC) ficou em 5,93%. Ou seja, o crescimento das receitas supera o da inflação em quase 80%.

Outro fator importante é que o gasto percentual com servidores pode chegar a 54% da RCL, com um "limite prudencial" de 51,3%, segundo a LRF. Mas em BH, os investimentos em pessoal permanecem distantes destes limites. Apesar do leve crescimento apresentado em 2022 (39,67%), a tendência histórica de queda continua. Como é possível observar na **gráfico 1**.

Os espaços existentes para investimento nos servidores, tendo em vista a Lei de Responsabilidade Fiscal, são enormes. Se considerarmos os números absolutos, mesmo considerando o Limite Prudencial, há uma sobra de mais de R\$ 1,58 bilhão.

EDUCAÇÃO PODE RECEBER MAIS!

Diferente dos demais servidores públicos municipais, a remuneração dos servidores da educação é advinda também de verbas de investimento obrigatório. Uma delas é o **Fundeb**, que deve direcionar no mínimo

70% de todo o seu valor para o pagamento dos profissionais da educação e 25% obrigatoriamente à educação básica.

Devido aos baixos salários pagos aos trabalhadores em educação, a PBH quase não cumpriu os valores mínimos constitucionais. Fato que só foi corrigido no fim do ano, com o pagamento do Abono aos trabalhadores em Educação. Mesmo com o pagamento, a PBH investiu apenas 0,26% acima do mínimo na educação básica da cidade (**veja gráfico 2**).

Ao invés de criar políticas para melhorar a educação e valorizar os profissionais, a PBH tem utilizado o aumento nas verbas do Novo Fundeb para reduzir o percentual de investimentos próprios no setor.

No **gráfico 3**, podemos observar que enquanto os investimentos do Fundeb subiam, os investimentos com recursos próprios caíam de 71,17%, em 2018, para 38,68%, em 2022.

GRÁFICO 1

Gasto com Pessoal

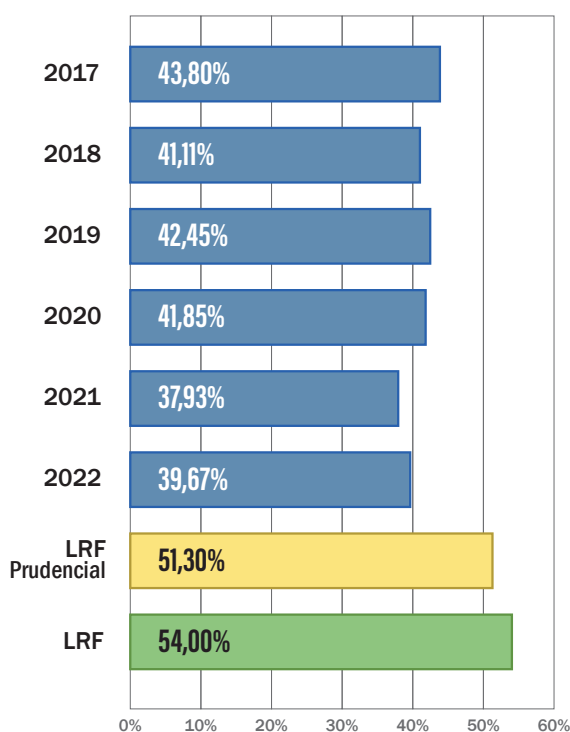


GRÁFICO 2

Piso constitucional da Educação

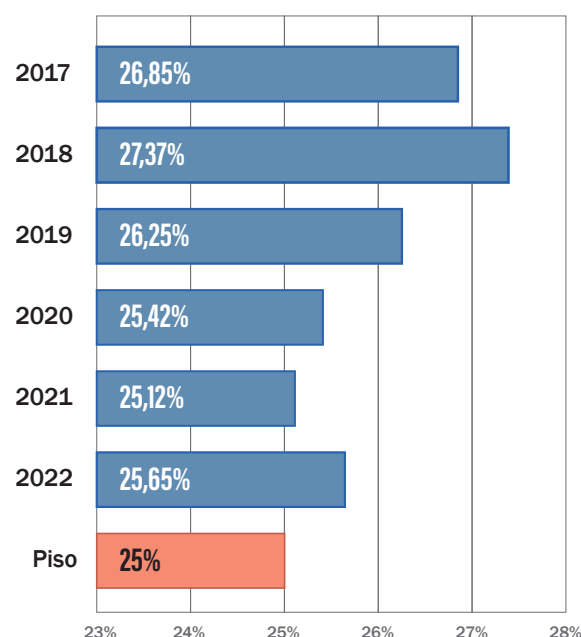
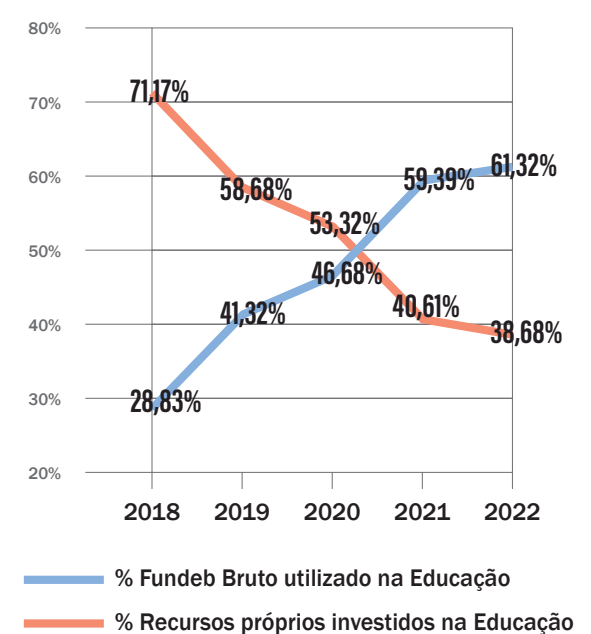


GRÁFICO 3

% de Recursos Próprios e FUNDEB utilizados na Educação Municipal de Belo Horizonte



CAMPANHA SALARIAL 2023

TRABALHADORES TERCEIRIZADOS DEFENDEM REAJUSTES COM GANHOS REAIS

Proposta da MGS de reajuste de 11,38% é condicionada à desistência das ações de dissídio. Trabalhadores consideram proposta insuficiente e reivindicam equiparação salarial com demais trabalhadores da empresa

Desde novembro de 2022, a diretoria do Sind-REDE/BH vem se reunindo com a MGS para discutir o reajuste salarial da categoria e outros pontos não econômicos que fazem parte da campanha de 2023. Até então, a categoria tem votado a favor de seguir com as negociações por considerar as propostas apresentadas pela MGS insuficientes.

NOVA ASSEMBLEIA GERAL

A MGS enviou ofício ao Sind-REDE/BH com uma melhoria na proposta de reajuste, **passando de 10% para 11,38%**, mas condicionada a desistência das ações de dissídio que estão na Justiça. No próximo dia 08/03 (quarta-feira) acontece a Assembleia Geral em que os trabalhadores decidirão sobre essa nova proposta.

ADVERTÊNCIAS

Desde a Assembleia do dia 07/12, a MGS passou a emitir uma série de advertências para os trabalhadores que estiveram presentes na atividade. A empresa alega que os trabalhadores abandonaram os postos de trabalho.

As punições disciplinares aplicadas pela MGS são consideradas práticas antissindicaais, uma vez que é direito dos trabalhadores participarem das assembleias em que são decididas as negociações coletivas de trabalho. Além disso, todas as assembleias da categoria são amplamente divulgadas e a empresa também é notificada.

No dia 30/12, a MGS entrou em contato com o Sind-REDE/BH, por meio de ofício, afirmando que não aplicaria mais punições e que todas as advertências aplicadas aos trabalhadores que participaram da Assembleia estariam suspensas.

MUTIRÃO

Para resguardar os trabalhadores que levaram advertência, o Sind-REDE/BH realizou um mutirão nos dias 04, 05, 10 e 19/01 para receber as cópias das advertências e, caso seja necessário, entrar com uma ação na Justiça.

ATO MARCA A CAMPANHA SALARIAL

No dia 19/01, os trabalhadores terceirizados realizaram, na Praça Afonso Arinos, um ato em protesto aos assédios e o autoritarismo da MGS. As punições aplicadas aos trabalhadores que participaram da Assembleia foram lembradas pelos participantes.

Pelo fato da data marcar o aniversário de 69 anos da MGS, que nada tem para ser comemorado pelos trabalhadores em educação, um bolo simbólico com as palavras: assédio, discriminação, desvalorização e perseguição foi levado ao ato.

DEMISSÕES

A MGS segue com as demissões dos Trabalhadores que não passaram no processo seletivo da empresa, o que impacta centenas de mães e pais de família que perdem seus empregos e o vínculo com as escolas. O Sindicato tem se reunido com os trabalhadores para avaliar formas de lutar pela reversão dessas demissões.

Outra situação enfrentada por esses trabalhadores é o não recebimento do seguro-desemprego. A MGS, respaldada pela Reforma Trabalhista do governo Bolsonaro, considera que as pessoas que não passaram no processo seletivo estão com contrato irregular, portanto, não têm direito ao seguro-desemprego. O Sind-REDE/BH orienta aos trabalhadores nessa situação a entrarem em contato com o departamento jurídico do Sindicato, pois o recebimento do seguro será alvo de ação na Justiça.

SIND-REDE/BH GARANTE NA JUSTIÇA QUE APOIO AO EDUCANDO NÃO EXERÇA FUNÇÃO DE REGÊNCIA

O Sind-REDE/BH ganhou uma ação na Justiça para que os auxiliares de apoio ao educando não exerçam mais a função de regência. A PBH e a MGS estavam desviando auxiliares de suas funções originais para que exercessem atividades que são de responsabilidade exclusiva dos professores, tais como: tomar conta de alunos durante o sono; ficar na sala aguardando o professor e assumir a responsabilidade por turmas inteiras de alunos.

A vitória na ação movida pelo departamento jurídico do Sindicato é uma importante decisão favorável aos trabalhadores terceirizados que estavam sofrendo desvio de função.

Anteriormente, o Sind-REDE/BH fez uma série de denúncias à SMED e para a Secretaria de Gestão de Pessoas mas nenhuma providência foi tomada. Em seguida, também foram apresentadas denúncias ao Ministério Público da Educação e ao Tribunal de Contas, porém devido a morosidade, o Sindicato também acionou a Justiça do Trabalho contra a MGS, que condenou a Empresa e a PBH (de forma subsidiária), cessando o desvio de função dos auxiliares de apoio ao educando.

CAIXA ESCOLAR

As Caixas Escolares também estão em processo de negociação coletiva. Já aconteceram algumas reuniões entre os advogados da Caixa Escolar e o departamento jurídico do Sindicato, mas nenhuma proposta de reajuste foi apresentada. O Sind-REDE/BH segue em negociação.





Priscila Cruz, diretora executiva do Todos Pela Educação, ao lado de Alckmin e Lula em atividade de campanha. Foto: Youtube/Reprodução

TODOS PELA EDUCAÇÃO NO MEC: É PRECISO ROMPER COM A POLÍTICA PRIVATISTA CONSTRUÍDA PELOS EMPRESÁRIOS!

O Todos pela Educação (TPE) foi criado, em 2005, por grupos empresariais, como: Grupo Gerdau, Grupo Suzano, Banco Itaú, Banco Bradesco e Organizações Globo, posteriormente foi também patrocinado por diversas fundações, a mais relevante delas é a Fundação Lemann. O entendimento desse grupo é que havia uma incapacidade técnica e política dos governos na realização da política educacional. Por isso, criaram o seu próprio programa com o objetivo de atender metas empresariais, com um ensino acrítico e tecnicizante.

O TPE tornou-se um importante organismo das classes dominantes na educação. A estrutura organizativa da entidade é bem delimitada, com predomínio de empresários, mas também com presença de lideranças de movimentos sociais, representantes de entidades religiosas, representantes da UNESCO e do MEC.

Para o TPE, os países periféricos necessitam da universalização do ensino fundamental e de mudanças educacionais para preparação dos trabalhadores para uma nova fase do capitalismo mundial. Suas principais finalidades políticas podem ser definidas em: produzir uma percepção social de harmonia e colaboração de classe e priorizar a formação para o mercado de trabalho em detrimento de uma formação humanizadora e emancipatória.

O TPE defende uma participação cada vez maior de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e outras instituições de direito privado na educação pública, com o objetivo de se apropriar dos recursos públicos, oferecer soluções mais baratas para a universalização do ensino e de ocupar espaços de decisão nos processos pedagógicos. Por isso, questionar o papel das OSC, na educação é importante, afinal essas têm sido o principal meio do processo de privatização dos bens públicos nas últimas décadas.

O NEM AUMENTA A PRIVATIZAÇÃO E A DESIGUALDADE NA REDE PÚBLICA

O Novo Governo Lula-Alckmin nomeou o ministro da educação Camilo Santana sob aplausos do empresariado educacional. A nomeação de Santana significa a certeza de que a lógica neo-liberal continuará sendo aplicada a cabo sob o novo governo. E o principal exemplo disso é a falta de interesse em revogar o Novo Ensino Médio (NEM).

Aprovado no governo Temer e implementado no governo Bolsonaro, o NEM é rechaçado pela maioria dos especialistas e entidades ligadas a educação pública de todo o país. Onde foi implementado, houve aumento da privatização do ensino e do EAD, empobrecimento da grade curricular, precarização do trabalho e aumento da desigualdade entre diferentes instituições da educação pública.

Para o Sind-REDE/BH, revogar o NEM é essencial para a construção de um novo modelo de ensino/aprendizagem que seja construído em diálogo com os trabalhadores, estudantes, comunidade escolar e toda a sociedade. A meta é um projeto de educação sólido, que leve em consideração as especificidades locais, que trate as desigualdades e potencialidades com a individualidade necessária, que seja crítico e emancipador e que dê oportunidade para que os filhos da classe trabalhadora possam concorrer de igual para igual com os estudantes das escolas particulares.

Para que isso aconteça, é preciso primeiramente valorizar os trabalhadores em educação e aumentar o investimento direto nas escolas, com uma educação verdadeiramente integral. Conquistas como essa dependem de unificação e independência da luta direta dos trabalhadores, sem qualquer ilusão sob qualquer governo.

SEM ANISTIA! PUNIÇÃO EXEMPLAR AOS GOLPISTAS PARA NÃO REPETIR PASSADO DE DITADURA

Tradição conciliadora do Brasil perpetua um sistema judiciário socialmente injusto e legítima atentados à democracia

Ao longo de sua história, o Brasil acumula inúmeros exemplos de decisões políticas que corroboram para consolidação de uma sociedade estruturalmente violenta, racista e extremamente desigual. O passado de violações, sem políticas públicas efetivas de reparação e compensação contribui para que atentados como o que aconteceu no dia 8 de janeiro voltem a acontecer. E ainda contribui com um sistema punitivo seletivo sob as perspectivas sociais, econômicas e étnico-raciais.

O fato do Brasil nunca ter punido os torturadores da ditadura, com a aprovação da Lei de Anistia em 1979, igualou algozes e vítimas e abriu um precedente perigoso que reforça uma vocação autoritária. Não à toa, ainda hoje se vê celebrações do golpe e inúmeras tentativas de amenizar e esconder seus crimes, ao colocá-la como revolução. Além de reforçar a narrativa de que as forças armadas têm o poder de tutela sob a democracia brasileira.

Um caminho muito diferente foi adotado pela Argentina, que condenou as mais diversas patentes dos militares que participaram de sua ditadura militar (1976-1983) por crimes contra a humanidade em tribunais civis e permanentes. Este modelo, anteriormente, também foi adotado pela Alemanha quando julgou os nazistas por seus crimes em Nuremberg (1946) e criou uma complexa legislação de desnazificação do país. Tais ações são essenciais para construção de uma sociedade democrática de fato.

Por isso, é preciso punir exemplarmente todos os participantes, financiadores e incentivadores dos atos terroristas do dia 8 de janeiro. Mas esse é só o primeiro passo.

É preciso ir além, cobrar do governo uma verdadeira desbolsanização do estado brasileiro, além de uma reparação histórica, com a reabertura dos arquivos da ditadura e revisão da Lei de Anistia no país, punindo torturadores e golpistas.



8 DE MARÇO DIA INTERNACIONAL DE LUTA DAS MULHERES TRABALHADORAS

DIA DE INICIAR NOSSAS MOBILIZAÇÕES!

O 8 de Março é a data que marca o início do calendário de lutas e mobilizações no país e também o início da nossa Campanha Salarial/Educacional na cidade. É um alívio iniciar o ano sem a tutela do governo Bolsonaro, que impôs ao povo trabalhador todo tipo de ataque, especialmente às mulheres, atingidas com mais intensidade pela sua política machista.

Foram as mulheres as mais prejudicadas pela reforma da Previdência, pela política de fome,

pelo desemprego, pela reforma trabalhista (que retirou direitos conquistados a duras penas). As mulheres foram as mais atacadas pelos atores que encabeçam a política reacionária e hipócrita da ultradireita. Não à toa, professoras de todo o país vivenciam diariamente violências sustentadas por esses discursos.

A derrota de Bolsonaro nas urnas, no entanto, não é capaz de garantir às mulheres uma vida digna. É preciso revogar as reformas da

previdência, trabalhista e do ensino médio! É preciso garantir emprego e salário digno! É preciso garantir a segurança e a vida das mulheres! É preciso escolas públicas de educação infantil de horário integral, escola pública de qualidade para seus filhos! É preciso garantir a coletivização do trabalho doméstico com as lavanderias públicas e restaurantes populares! É preciso garantir o acesso ao serviço de saúde pública! Para isso é preciso seguir lutando!



APOSENTADOS “DA LUTA NINGUÉM SE APOSENTA”

Um chamado a construção do coletivo de aposentados do Sind-REDE/BH

Os trabalhadores aposentados da Rede Municipal de Educação têm sido alvo de uma série de ataques do poder público, como a exclusão de boa parte dos ganhos da Campanha Salarial de 2022, que concedeu parte do reajuste por progressão aos trabalhadores ativos, e a exclusão do rateio do abono do Fundeb.

Por isso, a organização deste segmento se faz ainda mais necessária. O coletivo de professoras e professores aposentados da Rede tem realizado uma série de ações. O Dia Nacional dos Aposentados, realizado no dia 24/01, na Praça Sete junto a outras entidades sindicais marcou

o início das atividades seguida de uma plenária específica do segmento, realizada no dia 23/02.

No dia 06/03, aconteceu ato para protocolar o requerimento administrativo solicitando o pagamento do rateio do Fundeb para todos que estavam na ativa em algum período entre 2018 e 2022.

“Da luta ninguém se aposenta” é a temática que guia a luta dos aposentados da Rede, marcando a importância da permanência da luta pelos direitos dos trabalhadores e na conquista de novos.

EM 2023 NÃO DEIXE DE GARANTIR NA SUA ESCOLA A REPRESENTAÇÃO SINDICAL

Todos os trabalhadores em Educação têm direito a uma representação sindical. O representante aproxima o Sindicato da categoria ao levantar as demandas e problemas dos trabalhadores em cada unidade escolar. Ele deve ser eleito pelo grupo e exerce um papel central na mobilização das manifestações, atos, paralisações e greves.

Mais informações
escaneie o código QR:



ou acesse:

sindrede.org.br/representantes

